

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MAL GUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A ansiedade de Lula

estudiodigital#wsmuniz30@gmail.com



É mau sinal quando o adversário, a comunicação e as pesquisas de opinião pública ditam os rumos do governo e do presidente e servem de desculpa para justificar a própria mediocridade

O presidente Lula da Silva está ansioso. Depois de três pesquisas que apontam fadiga de material no terceiro mandato, ele reuniu seus ministros, pediu-lhes pressa nas entregas e recomendou viagens pelo Brasil para divulgar as ações do governo. Pelo menos desta vez, não se recorreu à prática habitual dos populistas: fabricar ideias delirantes, adorná-las com uma novidade arrebatadora e tentar crescer a história. Lula preferiu cobrar dos ministros que revisitem programas e ações já lançados, verifiquem o anda-

mento de cada um e trabalhem por melhores resultados. Mas na sua fala pública, no início da reunião ministerial, deixou evidente um dos maiores e mais danosos vícios lulopetistas: creditar os problemas na desordem do antecessor e nas falhas de comunicação de sua administração. São os dois suspeitos de sempre para quem deseja esconder a própria mediocridade.

É mau sinal quando o adversário, a comunicação e as pesquisas de opinião pública ditam os rumos e a ansiedade de um governo e um presidente – ansiedade que costuma ser péssima definidora

de rumos quando inspirada pelo temor da derrota, estimulada pela conveniência e pautada pelos números dos institutos de pesquisa. Segundo os relatos da parte fechada da reunião, Lula teria desdenhado dos dados que apontaram corrosão de sua popularidade. Mas tanto ele quanto os caquies petistas têm recorrido com frequência ao diagnóstico de que a desaprovção, crescente desde agosto do ano passado, é fruto da incapacidade do governo de fazer a tal “disputa de narrativas”. No autocentrado mundo lulista da virtude, os males são sempre externos. O problema é da percepção pública, não dos fatos.

"Todo mundo sabe que ainda falta muito para a gente fazer, por mais que já tenha recuperado Farmácia Popular, Mais Médicos, Bolsa Família...", disse Lula em seu discurso, no momento da reunião que a imprensa pôde acompanhar. Na parte reservada do encontro, segundo relato do **Estadão**, Lula instou quatro ministros a se pronunciar sobre crises recentes que enfrentaram em suas respectivas pastas: Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) a fuga de presos na penitenciária de Mossoró; Nísia Andrade (Saúde) e os desafios gerados pela dengue, pelo aumento de mortes de indígenas yanomamis e pela crise nos hospitais federais do Rio de Janeiro; Paulo Pimenta (Comunicação Social) e as falhas da comunicação do governo. Também pediu ao ministro Camilo Santana (Educação) prazos para o programa Pé de Meia, que pagará bolsas para estudantes do ensino médio.

A despeito do fato de que nenhuma mente sã esperaria que a esta altura –

mal iniciado o segundo ano do mandato — não houvesse ainda muito por fazer, chama a atenção a referência de Lula a programas petistas iniciados no passado. A aparência de reprise significa muito mais do que a mera recuperação, reforço ou continuidade de iniciativas supostamente bem-sucedidas. Há, isso sim, uma flagrante desatualização do governo de Lula, que governa em 2024 ainda aprisionado a modelos e práticas dos seus dois mandatos anteriores, encerrados 14 anos atrás.

Apesar de relativamente bem na economia, com crescimento razoável, inflação sob controle e emprego num bom nível, falta ao governo uma identidade mais clara, maior capacidade de enxergar o País não petista, além de resultados consideráveis em áreas-chave como segurança pública, saúde e educação. Curiosamente, os ministros da Segurança Pública e Saúde foram chamados a falar estritamente sobre crises imediatas e não resolvidas. Na educação, nada se disse sobre problemas estruturais – o esforço pela alfabetização na idade certa, pela aprendizagem ou por um novo ensino médio, problemas que o benvindo Pé de Meia não ajudará a resolver.

Para Lula, é algo menor avaliar e aperfeiçoar programas, ajustar a gestão, corrigir rotas ou modelos que não mais funcionam. Ele tem a ambição desmedida de quem se enxerga um mítico representante dos interesses do povo. Para alguém assim, não há alternativa: diante de um mandato na melhor das hipóteses mediano e um amor popular apenas parcialmente correspondido, só restam a ansiedade e a frustração. Mal percebe que a frustração maior é da população. ●

A segurança pública precisa da União

tauram “Estados paralelos” (como nas favelas) ou “ecossistemas do crime”

Crime organizado está cada dia mais organizado, mas a União segue complacentemente desorganizada. Sem articulação dos órgãos de segurança do País, Estados continuarão a enxugar gelo

Há muito as pesquisas apontam que a segurança pública é a maior prioridade dos brasileiros e nos últimos anos a preocupação com a criminalidade só aumentou. É consequente: o Brasil detém 3% da população do planeta e concentra cerca de 14% de seus homicídios. O fracasso em garantir o direito fundamental do qual dependem todos os outros, o direito à vida, é o maior sinal da falência do Estado brasileiro. Se faltam garantias à integridade física e patrimonial dos cidadãos, não há como usufruirmos e aprimorarmos plenamente a cidadania.

Paradoxalmente, a Constituição "Cidadã", que concorre para o título de a mais prolixa do mundo, foi notavelmente lacônica ao tratar da segurança

pública, reservando 1 – apenas 1 – de seus 250 artigos ao tema. Em outras áreas sociais – como saúde, assistência social ou educação – a lógica da universalização embasou a regulação e prestação de serviços, a partilha de responsabilidades e as diretrizes para uma atuação cooperativa entre os entes do Estado. O expoente mais vistoso desta lógica foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já na segurança não houve inovações. Desde a primeira Constituição, em 1824, até a sétima, nunca houve atribuição de competências constitucionais à União na área de segurança. O Brasil nunca teve um sistema ou uma política nacional de segurança pública.

Essa acefalia é tanto mais gritante e mortífera numa época em que a hidra do crime organizado se nacionaliza e se

internacionaliza aceleradamente, infiltrando-se e capilarizando-se com crescente sofisticação no mercado e no Estado, e dominando territórios onde instauram “Estados paralelos” (como nas favelas) ou “ecossistemas do crime” (como na Amazônia).

“No Brasil, construiu-se uma narrativa eficaz de que isso é um problema dos Estados, porque vemos muito a segurança pública como sinônimo de polícia”, disse em entrevista ao **ESTAD** a pesquisadora de segurança da FGV Joana Monteiro. “O que tem de mudar é uma pressão pública para dizer que isso não é só um problema dos Estados. Quem deve liderar, certamente, a iniciativa de desenhlar a segurança pública do Brasil é o governo federal.”

Entre as prioridades apontadas por Monteiro para a União estão uma arquitetura de distribuição de responsabilidades e sua estrutura de governança; a estruturação de um sistema de inteligência; a unificação da compilação e compartilhamento de dados; e investimentos em capacidade investigativa. Este último aspecto é especialmente relevante para reverter o baixo índice de elucidação de delitos e para combater o crime organizado, em particular para desbaratar os circuitos financeiros que oxigenam o monstro.

Em 2018, o governo Temer criou o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), justamente com o objetivo de

materializar essas prioridades, articulando e integrando as ações dos órgãos de segurança do País, desde a prevenção à repressão, dos sistemas de inteligência aos sistemas prisionais.

Mas o Susp nunca saiu do papel. O presidente Jair Bolsonaro jacta-se de ser um campeão do combate ao crime, mas sua única política pública consistente foi a rigor uma antipolítica – a mar cidadãos para que façam justiça com as próprias mãos – e seu maior resultado foi contraproducente – armar os bandidos. O presidente Lula padece da miopia ideológica da esquerda, e trata a criminalidade como mera externalidade negativa da desigualdade social. Segundo essa lógica, basta o Estado cuidar da educação e da saúde e a violência se resolverá num passe de mágica. Não surpreende que os planos fabricados por seu Ministério da Justiça sejam meras cartas de intenções genéricas. Tampouco surpreende que a segurança pública seja o setor mais mal avaliado de sua gestão. O arcabouço do Susp está à mão. Mas é pouco provável que Lula invista numa solução engendrada pelo “golbista” Michel Temer.

Eis o estado da questão: o crime organizado se organiza cada dia mais, enquanto a União segue complacientemente desorganizada. A população range os dentes sentada sobre um barril de pólvora, mas seu Estado dorme e ronca deitado em berço esplêndido. ●